

## AVISO INFORMATIVO SOBRE O TRATAMENTO DE DADOS

Sobre a necessidade de recolha destes dados:

Os dados pessoais fornecidos são condição necessária à **CANDIDATURA** para efeitos gestão de alunos, e serão processados pelo ISAG enquanto responsável pelo tratamento de dados pessoais, que os manterá em bases de dados próprias e – eventualmente - em arquivo físico, através da informação fornecida através do SIGARRA.

Estes dados servirão inclusive, para o preenchimento dos formulários de matrícula e de registo no *website* institucional.

Notamos que quando dizemos que o tratamento destes dados pessoais é feito pelo ISAG, tal significa verdadeiramente que a instituição opera através dos seus Órgãos e Serviços Diretivos e Académicos, no exercício das suas funções e em respeito pelas suas competências orgânicas.

Sobre o prazo de conservação destes dados:

Os dados pessoais do candidato serão conservados pelo período de validade da **CANDIDATURA** de acordo com os Regulamentos aplicáveis, enquanto durar a relação académica do(a) candidato(a) com o ISAG, uma vez matriculado e inscrito, e até que a requerimento do próprio ou por iniciativa do ISAG sejam eliminados. Estes dados podem ser conservados se tal exigência decorrer da legislação nacional ou de obrigação jurídica, por razões de interesse público, de segurança nacional, ou outros interesses legítimos do ISAG, ou ainda se o(a) candidato(a) expressamente consentir na sua utilização para outras finalidades.

Nomeadamente, estes dados serão conservados na medida em que constituem um interesse legítimo do ISAG no exercício da sua atividade e, conseqüentemente, em respeito pela legislação aplicável ao arquivo público e a documentos administrativos. Neste sentido, o ISAG conservará os dados facultados por 75 anos sobre a data da recolha dos mesmos.

Limitação de tratamento e segurança dos dados:

Os dados pessoais facultados serão utilizados pela forma e dentro dos limites fixados pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (“Regulamento Geral da Proteção de Dados”) obrigando-se o ISAG-EBS a aplicar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para que os seus colaboradores, funcionários e demais profissionais protejam os dados pessoais recolhidos, garantindo a sua transparência, integridade, lealdade, confidencialidade e segurança, proteção contra o seu tratamento não autorizado e ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação acidental.

Ademais, obriga-se a limitar a utilização dos dados pessoais do(a) candidato(a), apenas em prol da boa execução da relação académica e de outros interesses legítimos que decorram diretamente do exercício da sua atividade, assumindo a obrigação de não os transmitir a terceiros, salvo se tal exigência decorrer da legislação nacional, por razões de interesse público, comerciais, fiscais, de segurança nacional, faturação ou outros interesses legítimos, situação em que tomará as medidas necessárias para averiguar se essas entidades cumprem igualmente o Regulamento Geral da Proteção de Dados.

Quanto aos direitos do candidato sobre os seus dados pessoais:

Cabem-lhe os seguintes **DIREITOS** sobre os seus dados pessoais, ora facultados:

- Direito de aceder aos dados e solicitar as informações que considere necessárias relativamente ao tratamento dos mesmos, podendo ser aplicada o pagamento de uma taxa no caso de pedidos infundados ou excessivos;
- Direito à retificação dos dados pessoais que estejam desatualizados, incorretos ou incompletos;
- Direito de oposição ao uso dos dados pessoais: para fins de salvaguarda de interesses legítimos do ISAG, seus parceiros comerciais, ou interesses públicos identificados; que não sirvam as finalidades para as quais foram facultados; quando esteja em causa tratamento automatizado de dados inclusive para definição de criação de perfis (“profiling”);
- Direito ao apagamento nos casos em que os dados se revelem desnecessários para as finalidades para as quais foram recolhidos ou tratados; quando retire consentimento dado previamente de forma livre e esclarecida; ou quando os dados tenham sido utilizados de forma ilícita;
- Direito à limitação do tratamento nos termos estritamente necessários, apenas por quem realmente carecer de ter acesso e durante o período e para os fins estritamente necessários, referidos nos números anteriores;
- Direito da portabilidade dos dados para outro responsável pelo tratamento, desde que tal seja tecnicamente possível;
- Direito de apresentar reclamações à Autoridade de controlo e supervisão pública competente, em caso de violação dos direitos descritos no presente aviso, sem prejuízo do direito de recorrer às vias judiciais.

O exercício de qualquer direito será assistido no prazo de 30 dias, a menos que se sobreponha razão de interesse público, de interesse legítimo superior próprio do ISAG ou de terceiros, obrigação legal ou contratual, ou ainda se o pedido for manifestamente infundado. Tais factos impeditivos poderão, inclusive, justificar que os dados facultados sejam conservados para além do período inicialmente previsto.

Para mais informações:

O ISAG compromete-se, ademais, na qualidade de Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais, a recolher e tratar os dados pessoais fornecidos em cumprimento com a sua Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, acessível no site institucional [www.isag.pt](http://www.isag.pt) e na respetiva sede.

Pode contactar o nosso Encarregado de Proteção de Dados:

R. Fernandes Tomás, 794 - 1º

4000-213 Porto

(+351) 220 995 423

info@hedadpo.pt

<http://www.hedadpo.pt/>